



Artigos e Pesquisas

ALMEIDA, Rômulo de. Programação educacional num país em processo inicial de desenvolvimento. *Revista Brasileira de Estudos Pedagógicos*, Rio de Janeiro-GB CBPE, 47 (105) : 9-54, jan./mar. 1967.

Estuda a educação como instrumento de democratização nos países em desenvolvimento. Ao programá-la, parte de pré-requisitos políticos, considerando: quem se deseja educar, quais os objetivos e de quem depende essa educação. Analisa o fato de que esta deve ser considerada em conexão direta com as atividades culturais ligadas ao desenvolvimento, o que não implica, no entanto, em educação utilitária. Dá sugestões para o planejamento de um sistema educacional nos diversos graus, analisando sua metodologia e problemas mais importantes. (M.A.C.C.)

1.

ANDERSON, C. A. Contexto social do planejamento educacional. *Cadernos de Pesquisa*, São Paulo, Fundação Carlos Chagas (8) :110-130, set. 1973.

Estuda as limitações sociológicas do planejamento educacional, desde as ambiguidades na sua conceituação até a ênfase dada por muitos autores às ligações com a mão-de-obra, em detrimento de vários fatores também importantes. Dentro destes limites, mostra como o planejamento educacional pode ser eficaz como instrumento para a reorientação de valores e para transformações econômicas e sociais. (M.A.C.C.)

2.

ANDRÉ, Richard. O homem universal e a revolução dos conceitos. *Educação*, Brasília-DF, MEC, 3(9) :49-59, jul./set. 1973.

Depois de mostrar o desenvolvimento de uma "consciência mundial", analisa a transformação do homem em "ser universal" e como consequência uma maior capacidade para resolver problemas. Verifica, então, a necessidade de uma revolução dos conceitos em face das modificações presentes. (M.A.C.C.)

3.

BARBOSA, José Natal. Projeto Rondon: por uma universidade integrada. *Educação*, Brasília-DF, MEC, 3(9) :88-97, jul./set. 1973.

Mostra como o Projeto Rondon, movimento que teve início em 1967, vem desde então mobilizando a classe universitária no sentido de valorizar o homem do interior, e como, integrando o estudante à realidade, através de uma metodologia definida de ação e administração, estabelece uma frente de transformação no interior do Brasil (M.A.C.C.)

4.

BOLOGNA, Ítalo. A atuação do SENAI no campo da Educação. *Educação*, Brasília-DF, MEC, 3(11) :85-92, jan./mar. 1974.

Em uma retrospectiva histórica (1909-1942) focaliza a importância da atuação do SENAI no desenvolvimento educacional brasileiro, tendo como objetivo imediato a qualificação da mão-de-obra e a formação profissional para realizar a integração educação-trabalho. (M.A.C.C.)

5.

CAMPOS, Maria Cristina S. de Souza. Bibliografia comentada sobre Sociologia da Educação no Brasil. *Revista da Pontifícia Universidade Católica de São Paulo*, São Paulo, 44(87/88):198-235, jan./dez. 1974.

Levantamento bibliográfico e analítico de estudos publicados na área de Sociologia da Educação sobre problemas nacionais. Utilizando-se para a análise dos mesmos de um artigo de Antonio Cândido de Mello e Souza, evidencia a existência de três linhas no estudo sociológico sobre educação: filosófico-sociológica; pedagógico-sociológica e propriamente sociológica. Trata-se de um levantamento proposto em ordem cronológica (1931-1966) que inclui livros, artigos e pesquisas. (M.A.C.C.) 6.

CHAGAS, Valmir. Faculdade de Educação e a renovação do ensino superior. *Revista Brasileira de Estudos Pedagógicos*, Rio de Janeiro-GB, CBPE, 47(105): 102-115, jan./mar. 1967.

Questiona até que ponto a Faculdade de Educação pode constituir-se num componente de renovação de seu próprio nível educacional. Analisa, então, algumas características do ensino superior, sua origem e concepção, para depois determinar os elementos através dos quais se integra a Faculdade de Educação na dinâmica de todo o ensino de 3.º grau, de forma a contribuir para o seu enriquecimento e vitalização. (M.A.C.C.) 7.

CONCEIÇÃO, Luiz Oswaldo Pamplona. A geografia e a reforma do ensino no Brasil. *Educação*, Brasília-DF, MEC, 3(11):49-54, jan./mar. 1974.

Mostra as profundas modificações que sofreu a Geografia em suas formulações e métodos de investigação por força da Lei 5.692/71, ganhando assim uma tripla posição frente aos programas de ensino: como disciplina de educação geral do núcleo comum; como disciplina de caráter instrumental; como disciplina de caráter profissional. Considera também seus efeitos nos graus superiores e estuda o trabalho pioneiro da Faculdade de Filosofia de Rio Claro, cujos professores fundaram a Associação de Geografia Teórica e Teorística. (M.A.C.C.) 8.

CORREA, Arlindo Lopes. Mercado de trabalho no Brasil. *Educação*, Brasília-DF, MEC, 3(9):98-106, jul./set. 1973.

Acredita que o sistema de ensino de um país deve guiar-se, primordialmente, pelas necessidades do Mercado de Trabalho, para que sejam evitados problemas como os de desemprego, subemprego ou falta de recursos humanos. Analisando os dados estatísticos sobre os números de profissionais de nível superior, constata que há mais falta que excesso no Brasil. Pelos quadros comparativos, estabelecidos em relação a países desenvolvidos, analisa a taxa de retorno de inversão em educação de nível superior e conclui que necessitamos suprir as necessidades, para que seja possível o total desenvolvimento do país.

Quadros. (M.A.C.C.)

9.

DELORENZO NETO, A. Indústria e decisão política: a política educacional em suas relações com a indústria. *Ciências Econômicas e Sociais*, Osasco-SP, Faculdade de Ciências Econômicas e Administrativas de Osasco, 1(7):10-19, jan. 1972.

Estuda o relacionamento entre a decisão política e o campo industrial no Brasil, salientando os pormenores significativos da estratégia governamental, que se encaminha num sentido de auto-suficiência da empresa e maior aproveitamento dos recursos naturais e humanos. Em seguida, mostra alguns exemplos da influência recíproca do ensino e da indústria e analisa, enfim, a expansão do

ensino técnico e suas tendências de acordo com a Lei de Diretrizes e Bases 5.692 de 11 de agosto de 1971. (M.A.C.C.) 10.

DUARTE, Sergio Guerra. Antropologia e educação. *Revista Brasileira de Estudos Pedagógicos*, Rio de Janeiro-GB, CBPE, 47(105):129-135, jan./mar. 1967.

Mostra a necessidade da educação, enquanto processo de integração dos indivíduos à sociedade e de preservação grupal, de relacionar-se com a Antropologia. Demonstra como a Antropologia poderia auxiliar a educação, destacando o esforço de Roquete Pinto neste sentido. (M.A.C.C.) 11.

EBOLI, Terezinha. Confiar no trabalho deles. *Educação*, Brasília-DF, MEC, 3(9):28-32, jul./set. 1973.

Depois de definir o que seja *excepcional*, narra uma experiência feita na Guanabara que levou 40 empresas estatais a admitir 74 alunos do ensino especial e que obteve resultados positivos e favoráveis. Comenta a organização do Instituto de Educação do Excepcional, no qual cada caso merece atenção especial. Evidencia a necessidade de uma aceitação social, e a premência de uma lei que dê proteção específica a este tipo de educação. (M.A.C.C.) 12

GOLDMAN, Frank Perry. Em torno de um quadro de referência para o ensino no Brasil. *Relações Humanas*, São Paulo, IRESI, 26(9): 17-31, jun. 1969.

Diante dos problemas da educação no Brasil, vê a necessidade do entrosamento dos profissionais do ensino e a impossibilidade da separação da pesquisa teórica da prática. Mostra a premência de um levantamento dos recursos humanos para que possa haver correlação entre o sistema educacional e as necessidades da sociedade. Entende que o ensino deve ser mais prático pois, na integração do indivíduo com a sociedade, o professor é a chave e daí a necessidade da formação de especialistas em educação mais qualificados, tanto no ensino secundário como no superior. (M.A.C.C.) 13.

JORGE, Wilma Jamile. Educação e meios de comunicação. *Educação*, Brasília-DF, MEC, 3(9):84-87, jul./set. 1973.

Supõe, no processo de aprendizagem, a existência de estruturas básicas de conhecimentos que os alunos devem desenvolver na escola e, também, que se pode ensinar quase tudo a qualquer pessoa desde que nos acomodemos ao seu nível de desenvolvimento e às suas experiências anteriores. Mostra a necessidade de se incluir um novo elemento no processo de aprendizagem: os meios de comunicação. Destaca neste processo educadores e comunicadores que têm como finalidade educar, utilizando os recursos de comunicação para alcançar este fim. (M.A.C.C.) 14.

LARA, José Vitor de Resende. Como vemos a matemática no Brasil. *Educação*, Brasília-DF, MEC, 3(9):74-83, jul./set. 1973.

Considera as matemáticas não só como instrumentos, mas também como ciência, e até como filosofia, uma vez que podemos indetificar o grau de civilização de um país através da sua mensagem matemática. Mostra a necessidade de nos preocuparmos com o seu ensino, em todos os níveis, mas principalmente no 1.º grau. Mostra também como a má preparação de professores, no Brasil, prejudica o ensino das matemáticas e a urgência em sanar esta deficiência através de uma boa formação nos cursos de graduação, nos cursos especiais e nos cursos de pós-graduação. (M.A.C.C.) 15.

LISANTI FILHO, Luis. Bolsas-de-estudos e estágios técnicos. *Revista Brasileira de Estudos Pedagógicos*, Rio de Janeiro-GB, CBPE, 47(105):116-128, jan./mar. 1967.

Constata que a política de concessão de bolsas e estágios dá resultados convergentes, a curto e a longo prazo, tanto para o país que concede, como para o país cujos quadros se beneficiam dessa oportunidade. Apresenta o modelo francês que, no entanto, como todo modelo, é passível de modificações.

Quadros. (M.A.C.C.)

16.

MORAES, Raul de & ANDRADE, Eugênia Moraes de. Características psicológicas de universitários. *Revista da Pontifícia Universidade Católica de São Paulo*, São Paulo, 44(87/88):81-147, jan./dez. 1974.

O objetivo da pesquisa é o de estudar as características de personalidades e as habilidades mentais primárias distintivas de estudantes da PUCSP. Procurando caracterizar o estudante universitário em geral, aplicaram-se testes para medida de 8 habilidades mentais primárias e de 16 traços básicos de personalidade a uma amostra de alunos de dez cursos da PUC. Analisando os resultados, chegou-se a algumas conclusões gerais sobre os estudantes universitários e, também, específicas dos de cada curso.

Gráficos. Quadros. Bibliografia. (M.A.C.C.)

17.

MACIEL, Rubens. Cursos de pós-graduação. *Revista Brasileira de Estudos Pedagógicos*, Rio de Janeiro-GB, CBPE, 47(105):91-101, jan./mar. 1967.

Analisa o conceito de "curso pós-graduação" e o levantamento da CAPES sobre o número de cursos e as perspectivas futuras dos mesmos no País. Estuda os seus aspectos legais e regulamentares. Apresenta, finalmente, alguns comentários sobre definição, níveis, nomenclatura, objetivos, duração, estrutura, ingresso, tempo integral e aprovação pelo CFE destes cursos. (M.A.C.C.)

18.

MARIN, Alda Junqueira & CHAGAS, Cybele M. Aparecida. Os aspectos sociais como fundamento para uma filosofia educacional e uma didática operatória. *Ciências Econômicas e Sociais*, Osasco-SP, Faculdade de Ciências Econômicas e Administrativas de Osasco, 1(7): 20-27, jan. 1972.

Analisa a sociedade atual em função da adoção do pensamento científico. Diante de uma Filosofia democrática da educação, defende o uso do trabalho em grupo como núcleo e fundamento das atividades educacionais e de desenvolvimento de valores e princípios de vida em sociedade. (M.A.C.C.)

19.

MARINHO, Heloisa. Formação de professor primário em nível superior. *Revista Brasileira de Estudos Pedagógicos*, Rio de Janeiro-GB, CBPE, 47(105):141-152, jan./mar. 1967.

Destaca a Lei 812 da Guanabara, mostrando como a complexidade da educação primária torna imprescindível a formação superior do professor. Descreve e analisa os objetivos, duração e conteúdo destes cursos pós-normais, importantíssimos para a elevação do nível do professor primário e consequente eficiência de seu trabalho.

Quadros. (M.A.C.C.)

20.

MAUPEOU, Yves Marie Gilles de. O ensino de 2.º grau profissionalizante: reconciliação entre cultura e trabalho? *Estudos Universitários*: revista de cultura, Recife, PE, Universidade Federal de Pernambuco, 14(1):41-50, jan./mar. 1974.

Analisa o dualismo entre cultura geral e trabalho profissional na história das civilizações e particularmente na civilização brasileira até hoje. Estuda também o ensino de 2.º grau e a Lei 5.692/71: a democratização do ensino, a preparação para a vida, o trabalho e a educação, agindo para adaptar o homem ao seu tempo e ao seu meio.

(M.A.C.C.)

21.

MARCONDES, Ruth Sandoval. *Conteúdo programático de saúde para as escolas de 1.º grau*. São Paulo, Universidade, Faculdade de Saúde Pública, 1973.

Analisa o documento que deve servir de guia aos Programas de Saúde, propostos pela Lei 5.692/71. Partindo de sugestões de 43 profissionais especialistas de Saúde e Educação do Brasil, e da bibliografia sobre o assunto, o trabalho procura ajudar a melhorar o conteúdo e a organização do ensino de saúde nas desenvolvidos, concluindo, finalmente pela necessidade da revisão dos programas de 1.ª a 8.ª séries. Como apêndice, dá um exemplo a nível de sala de aula. (M.A.C.C.) 22.

OLIVEIRA, Susana A. F. & SOUZA, Vicente P. de. *Linguística aplicada e a formação de professores de português*. *Educação*, Brasília-DF, MEC, 3(11):66-77, jan./mar. 1974.

Analisa a necessidade do professor de português, de posse de um material variado de ensino, dar destaque aos conceitos principais da linguística aplicada, levando os alunos a um raciocínio que lhes possibilite uma visão realista da linguagem. Demonstra que a Fonética e a Fonologia devem ser o ponto de partida pois ilustram com mais clareza os conceitos de entidades "éticas" e "êmicas". Mostra como "corpus" diferentes podem levar a conclusões diferentes, o que o professor de português deve saber explicar. (M.A.C.C.) 23.

PENHA, Guilherme M. de la. *Algumas conseqüências para a matemática, da expansão do ensino superior em ciências aplicadas*. *Educação*, Brasília-DF, MEC, 3(11):93-100, jan./mar. 1974.

Mostra como o crescimento rápido da tecnologia e, conseqüentemente, das ciências naturais, mudou muito o conteúdo das Matemáticas Aplicadas e sua metodologia, e como as "modernas" matemáticas podem ser um instrumento eficiente, tanto nas mãos de cientistas como nas de teóricos. Evidencia a carência de pessoal habilitado na moderna técnica que se caracteriza por uma linguagem inteligível, acessível e atraente. (M.A.C.C.) 24.

PROVAS de rendimento escolar no curso primário. *Revista Brasileira de Estudos Pedagógicos*, Rio de Janeiro-GB, CBPE, 47(106):256-268, abr./jun. 1967.

Análise e comentário de medidas do rendimento escolar utilizadas em vários Estados brasileiros. Estudo da adequabilidade das provas de avaliação utilizadas nos cursos primários. (M.A.C.C.) 25.

REALE, Miguel. *Realidade e perspectiva da universidade brasileira*. *Educação*, Brasília-DF, MEC, 3(9):107-112, jul./set. 1973.

Estuda o desenvolvimento do ensino superior no Brasil, onde se nota sempre a influência francesa (enciclopedismo) e norte-americana (limite no número de matrículas e assistência obrigatória). Analisa como conseqüência da limitação de matrículas nos estabelecimentos oficiais uma eclosão de instituições particulares, algumas em condições precárias. Mostra como se preservou o nível das universidades oficiais, que graças aos cursos de pós-graduação e à Reforma Universitária, puderam implantar uma nova metodologia do ensino e maior versatilidade dos programas. Admite, no entanto, alguns pontos negativos da Reforma, analisando-os. (M.A.C.C.) 26.

RONAI, Paulo. *Posição, problemas e perspectivas do francês no ensino de 1.º e 2.º graus*. *Educação*, Brasília-DF, MEC, 3(11):3-11, jul./set. 1973.

Estuda os métodos audiovisuais e o seu uso, como um processo que desencadeia reações automáticas de identificação dos sons, exigindo, entretanto, uma retardação do estudo da língua escrita. Em face da maior urgência dos brasileiros em

aprender o francês escrito, recomenda o uso dos métodos tradicionais nos cursos que só têm 3 anos de ensino de língua viva. Considera que o método audiovisual poderia ser adotado nos estabelecimentos que tivessem tal ensino nos 1.º e 2.º graus. (M.A.C.C.) 27.

ROSA, Maria Avany da Gama. Serão adequados os programas brasileiros de curso primário? *Revista Brasileira de Estudos Pedagógicos*, Rio de Janeiro-GB, CBPE, 47(106):226-245, abr./jun. 1967.

Estuda comparativamente os programas de ensino primário das diferentes regiões do Brasil. Compara-os também aos programas dos países estrangeiros mais desenvolvidos, concluindo finalmente pela necessidade da revisão dos programas brasileiros.

Quadros com os programas. (M.A.C.C.)

28.

SGUISSARDI, Valdemar. Reflexões sobre três estágios de grupo de base. *Revista Unimar*, Maringá-PR, Universidade Estadual de Maringá, 1(1):67-82, ago. 1974.

Parte de uma tese de Mestrado apresentada no Departamento de Ciências da Educação da Universidade de Paris (1942) que visa ao estudo paralelo de alguns aspectos da evolução de três Grupos de Base. Estuda os fenômenos de grupo como: nascimento, desenvolvimento, auto-avaliação, referência ao "grupo ideal", sentimento de pertencer ao grupo e, finalmente, dissolução e morte. Analisa o papel do animador do grupo, descrevendo suas próprias experiências como participante e observador. (M.A.C.C.) 29.

SIMONSEN, Mario Henrique. A estratégia do MOBREAL. *Educação*, Brasília-DF, MEC, 3(11):7883, jan./mar. 1974.

Constata que com o aumento da renda *per capita* e da rede escolar primária, a percentagem de analfabetos diminuiu muito no Brasil e que, em compensação, o número absoluto de adultos analfabetos aumentou gradualmente. Em 1970, foi confiada ao MOBREAL (Movimento Brasileiro de Alfabetização) vinculado ao MEC, a tarefa de tentar reduzir o analfabetismo adulto. Seu ponto de partida foi reconhecer que os métodos para alfabetização de milhões são diferentes dos que são usados para poucos indivíduos devendo também levar em conta que o custo unitário tem que manter-se dentro dos limites razoáveis e compensadores. (M.A.C.C.) 30.

SOUZA, Heitor Gurgulino de. Recursos humanos para a ciência e a tecnologia: papel das universidades. *Educação*, Brasília-DF, 3(11):101-112, jan./mar. 1974.

Demonstra como o governo brasileiro está interessado no ensino de nível superior, graduado e pós-graduado, pois a este cabe a formação de recursos humanos nos vários setores e a formação de pessoal técnico e científico responsável pelo desenvolvimento do país. Assinala, na Reforma Universitária, o programa da COMCRETIDE (Comissão Coordenadora do Regime de Tempo Integral e Dedicção Exclusiva). Lembra, no entanto, que necessitamos, também, de recursos humanos de grau médio, assim como de estimular a articulação entre o sistema produtor e consumidor de ciência e tecnologia, e o sistema educativo. (M.A.C.C.) 31.

TEIXEIRA, Anísio. Aspectos da reconstrução da universidade Latino-Americana. *Revista Brasileira de Estudos Pedagógicos*, Rio de Janeiro-GB, CBPE, 47(105):55-67, jan./mar. 1967.

Apresenta um estudo sobre as universidades da América-Latina e, particularmente, sobre a Universidade do Chile, dando sugestões para elaboração de um plano que promova o seu desenvolvimento. (M.A.C.C.) 32.

TRALDI, Lady Lina. Education in the United Kingdom. *Ciências Econômicas e Sociais*, Osasco-SP, Faculdade de Ciências Econômicas e Administrativas de Osasco, 7(1):97-103, jan. 1972.

Estuda o sistema educacional na Inglaterra, Escócia e País de Gales. Faz uma síntese desse sistema nos diferentes níveis: superior, secundário e primário. Menciona ainda algumas instituições e organizações que contribuem para o desenvolvimento da Educação. (M.A.C.C.) 33.

TRIGUEIRO, Durmeval. Governo da universidade. *Revista Brasileira de Estudos Pedagógicos*, Rio de Janeiro-GB, CBPE, 47(105):68-90, jan./mar. 1967.

Descreve o problema do poder das Universidades, como instituições autônomas, que se insere no Estado e o transcende, analisando o como e o porquê de tal autonomia, onde se combina a pessoalidade e impessoalidade na liderança dos dirigentes universitários. Apresenta os caminhos e perspectivas de uma reforma, seus fundamentos filosóficos, as responsabilidades do governo universitário e suas relações com o Ministério da Educação e com o Governo do País. Dá sugestões para situar as Universidades no contexto social e econômico da Nação. (M.A.C.C.) 34.

ZILLES, Urbano. Filosofia da linguagem. *Veritas*, Porto Alegre, RS, PUC, 19(74):73-77, jun. 1974.

Trata da linguagem como tema atual da filosofia e como instrumento importante em todos os campos da ciência. Estuda, então, as duas grandes tendências na filosofia da linguagem: a filosofia analítica e a hermenêutica. Bibliografia. (M.A.C.C.) 35.